

PROGRAMA MUNICIPAL DE EXECUÇÃO 2026

FERREIRA DO ALENTEJO

VERSÃO 04

29/12/2025

Índice

I – Tramitação.....	3
Parecer.....	3
Aprovação.....	3
Revisão.....	3
Prazos de Revisão.....	3
II – Ficha Técnica.....	4
III – Sumário executivo.....	5
IV – Projetos de Implementação Municipal.....	15
IV.1 – Projetos de valorização dos espaços rurais.....	16
IV.2 – Projetos de cuidar dos espaços rurais.....	20
IV.3 – Projetos de modificação de comportamentos.....	30
IV.4 – Projetos de gestão eficiente do risco.....	37
.....	37
V – Anexos.....	40
VI.1 – Projetos sem declinação Municipal.....	40
V.2 – Matriz de Avaliação do risco.....	42
V.3 - Cartografia de detalhe.....	44
V.4 – Glossário.....	46

I – Tramitação

Parecer

O Programa Municipal de Execução (PME), foi submetido a parecer da Comissão Sub-Regional de Gestão Integrada de Fogos Rurais do Baixo Alentejo (CSubRGIFR-BA), em 26/11/2025 nos termos do disposto no número 4 do art.º 35.º do Decreto-Lei n.º 82/2021, de 13 de outubro, tendo recebido em 17/12/2025, parecer Favorável condicionado à realização de correções.

Aprovação

O PME de Ferreira do Alentejo foi aprovado em reunião da Comissão Municipal de Gestão Integrada de Fogos Rurais de Ferreira do Alentejo (CMGIFR), em 29/01/2026, nos termos do disposto na alínea b) do n.º 2 do artigo 29.º, conjugada com o do n.º 3 do artigo 35.º do Decreto-Lei n.º 82/2021, de 13 de outubro e o do n.º 4 do artigo 8.º do Despacho n.º 9550/2022, após realização das correções.

Revisão

A revisão do PME terá uma periodicidade anual, consistindo na reponderação dos elementos de caracterização dos seus projetos, em função do acompanhamento e da concretização em ciclos anteriores. Neste processo de revisão podem ser removidas iniciativas cuja concretização tenha sido alcançada, cujo âmbito se tenha esgotado ou facto superveniente as torne redundantes ou ineficazes. Ainda, no processo de revisão, podem ser adicionados projetos e iniciativas que resultem de propostas dos programas de nível inferior, em função da sua fundamentação, ou de novas necessidades identificadas. Os projetos que tenham sido inteiramente concretizados podem ser removidos desde que deles não dependa a monitorização e reporte de metas inscritas no Plano Nacional de Gestão Integrada de Fogos Rurais (PNGIFR), nos termos do disposto no art.º 9.º do Despacho n.º 9550/2022 de 4 de agosto de 2022.

Prazos de Revisão

A CMGIFR de Ferreira do Alentejo, realizará o levantamento de necessidades, anualmente, e definirá prioridades para o ano seguinte, que remeterá para parecer da CSubRGIFR, até 30 de junho de cada ano, nos termos do disposto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 11.º do Despacho n.º 9550/2022 de 4 de agosto de 2022. Todos os instrumentos de planeamento do Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais (SGIFR) terminam os seus processos de revisão até 31 de outubro do ano anterior ao ano de produção de efeitos.

O Presidente da Comissão

/Luís António Pita Ameixa/

II – Ficha Técnica

O PME de Ferreira do Alentejo foi elaborado pelo município tendo recebido contributos do conjunto de entidades com assento na CMGIFR conforme o estipulado no n.º 3 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 82/2021 de 13 de outubro de 2021, na sua redação atual, em cumprimento do anexo 2 do Despacho n.º 9550/2022, estas tabelas traduzem-se na ficha técnica de autores.

EQUIPA TÉCNICA DE EXECUÇÃO DO PME		
Entidade	Cargo	Representante
Município	Técnica Superior do Gabinete Técnico Florestal	Elsa Rodrigues

CMGIFR de Ferreira do Alentejo		
ENTIDADE	CARGO	REPRESENTANTE
Câmara Municipal de Ferreira do Alentejo	Presidente	Luís A. Pita Ameixa
Junta de Freguesia de Peroguarda	Presidente de Junta de Freguesia, designado pela Assembleia Municipal	Rui Montes Pereira Bolinhas
Junta de Freguesia de Alfundão	Presidente de Junta de Freguesia, designado pela Assembleia Municipal	Flávio Marcelino Revez
ICNF	Chefe de núcleo de Coordenação Sub-regional do Alentejo Central e Baixo Alentejo	João Belchiorinho
GNR	Chefe de Núcleo de Proteção Ambiental	Rui Bejinha
Bombeiros Voluntários de Ferreira do Alentejo	Comandante	João Matias
Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil	Técnica Superior da ANEPC	Flora Ludovina
Outras eventuais entidades a convidar		

III – Sumário executivo

O Programa Nacional de Ação (PNA) é aprovado pela Resolução de Conselho de Ministros (RCM) n.º 71-A/2021, de 8 de junho, materializando as opções estratégicas do Plano Nacional de Gestão Integrada de Fogos Rurais (PNGIFR), aprovado pela RCM n.º 45-A/2020, de 16 de junho.

O Programa Regional de Ação (PRA), transporta para a região os projetos inscritos no PNA, em função da sua aplicabilidade. Por sua vez, o Programa Sub-Regional de Ação (PSA) declina os grandes objetivos à escala da sub-região, convertendo os objetivos nacionais em linhas de trabalho orientadoras para os PME e, em sentido inverso captura da execução local as informações necessárias para adequar o planeamento nacional.

Os PME adaptam à escala municipal o PSA que lhes dá origem, identificando, de entre os projetos nele inscritos, aqueles que devem ser prioritariamente implementados.

A atribuição de prioridade aos projetos, identifica claramente as condicionantes, regras gerais regulamentares e, num sistema de execução, os locais, os calendários de execução e recursos necessários, com previsão e planeamento das intervenções das diferentes entidades em todas as fases da cadeia de processos do SGIFR, para inclusão no PME.

Os PME são elaborados pelos municípios, em articulação com as CMGIFR, de acordo com as prioridades definidas no PSA, propondo as ações a executar no município, com previsão e planeamento das intervenções das diferentes entidades em todas as fases da cadeia de processos do SGIFR.

O PME define em detalhe as iniciativas a executar no território de cada concelho, concretizando os objetivos propostos no nível territorial superior em ações efetivas.

A CMGIFR de Ferreira do Alentejo foi constituída em 13 de setembro de 2022 (Ata/Ofício Municipal nº 4/2022).

O PME de Ferreira do Alentejo conta com 14 projetos transpostos do PSA Baixo Alentejo, caracterizando-se em ações detalhadas a executar.

Nos termos da Lei, este PME é aprovado pela (CMGIFR) de Ferreira do Alentejo, tendo sido sujeito a parecer da CSubRGIFR do Baixo Alentejo.

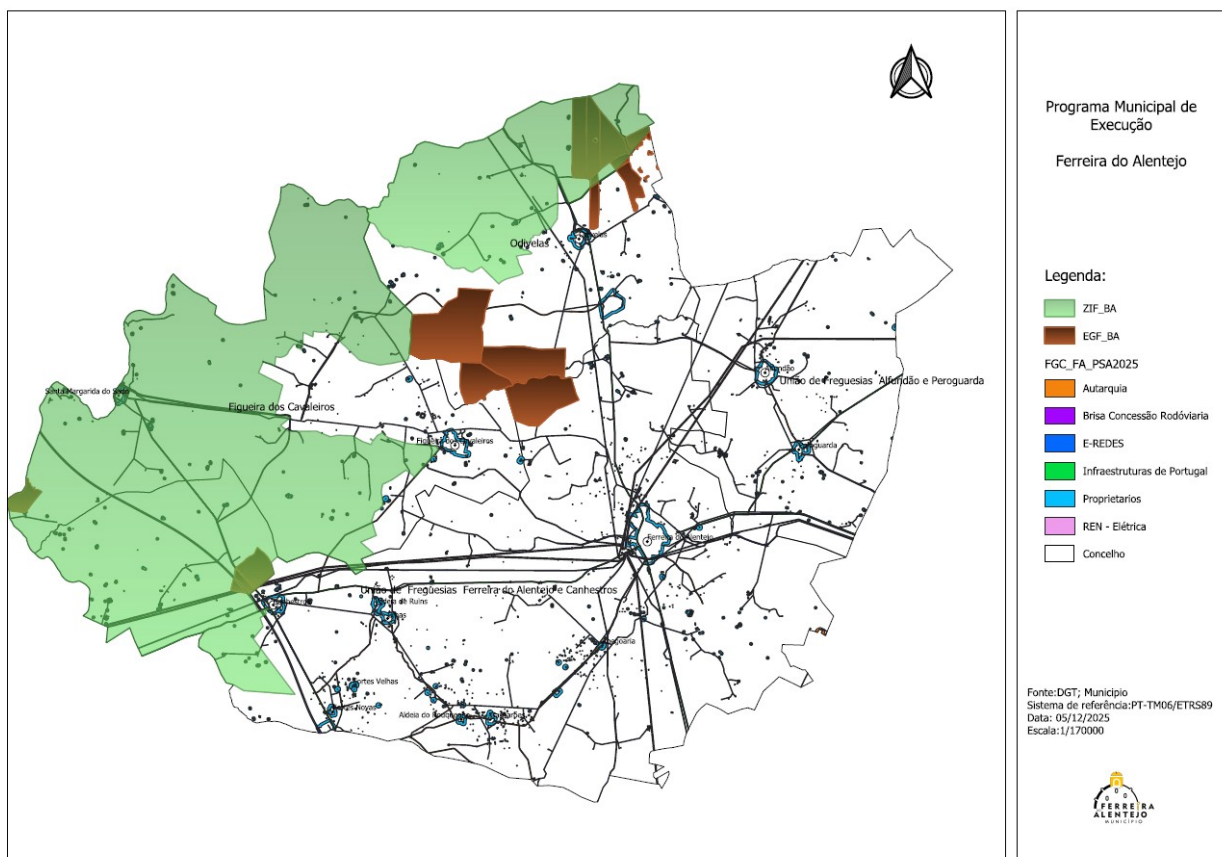


Figura 2- Programa Municipal de Execução

Níveis de adequação dos Projetos

A tabela seguinte resume a transposição das fichas de projeto regionais e sub-regionais à escala municipal, com os seus nomes resumidos (nome completo disponível nas fichas de projeto) indicando também os projetos chave e o nível de intervenção previsto para cada projeto.

Orientação estratégica	Projeto	PRA	PSA	PME
	1.1.2.2 Cadastro	E	E 	
	1.1.3.2 Emparcelamento	E		
	1.2.1.1 Gestão Agregada	E	E	E
	1.2.1.2 PRGP	R	R	
	1.2.2.1 Multifundos	E	R	E
	1.2.2.2 Certificação	E	E	
	1.2.2.4 Economia Rural	E	R	
	1.2.2.5 Multifuncionalidade	E	R 	E
	1.2.3.2 Remuneração de Proprietários	M	R	
	2.1.1.1 AIGP	E	E	
	2.1.1.2 Serviços de Ecossistemas	E	E 	
	2.1.1.3 Recuperação Pós Fogo	E	E	E
	2.1.1.4 Transposição PROF	M	M	M
	2.2.1.1 Reporte de Gestão de Combustível	R	R	R
	2.2.1.2 Rede Primária	E	E 	E
	2.2.1.3 Rede Secundária	M	E 	E
	2.2.1.4 Mosaicos Estratégicos	M	E 	E
	2.2.1.5 Áreas de Elevado Valor	E	E	E

	2.2.1.6 Galerias Ribeirinhas	M	E	E
	2.2.1.7 Pastoreio Extensivo	M	E	E
	2.2.1.9 Uso do Fogo	M	E	E
	2.2.2.1 Compostagem	M	E	E
	2.2.2.2 Biomassa	M	E	E
	2.3.1.1 Defesa pelos Privados	M	E	E
	2.3.1.2 Condomínios de Aldeia	M	E	E
	2.3.1.4 Aldeia Segura Pessoas Seguras	M	E	E
	3.1.1.2 Queimas e Queimadas	M	E	E
	3.1.1.3 MARQ	M	E	E
	3.1.2.1 Vigilância	M	E	
	3.1.2.2 Forças Armadas	M	M	
	3.1.2.3 RVDI (Vigilância fixa)	E	E	
	3.1.3.3 Investigação e causas	E		
	3.2.1.1 Comunicação Integrada	E	E	
	3.2.1.2 Comunicação de Proximidade	M	E	E
	3.2.1.3 Comunicação em Emergência	M	E	E
	3.2.1.4 Formação de OCS	E	E	
	3.2.2.1 Práticas Pedagógicas	M	E	E
	4.1.1.2 Dados Meteorológicos	M	E	
	4.1.2.1 Comissões SGIFR	E	E	E
	4.1.2.2 Programação e Dimensionamento	R	R	

	4.1.2.3 Programas de Ação	E	E	E
	4.1.2.4 Normas Técnicas	E	E	
	4.1.3.1 Orçamento	R	R	
	4.2.2.1 Monitorização	M	E	
	4.2.2.3 Lições Aprendidas	E	E	
	4.3.1.1 Projeto Piloto			
	4.3.2.3 Supressão	R	R	
	4.4.1.3 Formação e Qualificação	R	E	

Nota: O PNA não está indicado na medida em que todos os projetos têm reflexo no Programa Nacional de Ação.

Legenda

	Monitoriza Agrega informação que avalia e sobre a qual decide intervenção de facilitação do processo ao seu nível territorial, e informa o nível de planeamento superior		Executa Concretiza o projeto, executando tarefas que lhe estão associadas (pressupõe o reporte ao nível de planeamento superior)
	Reporta Reporta informação ao nível de planeamento superior (não pressupõe a execução de tarefas do projeto)		Sem intervenção Não está prevista intervenção a este nível, para o projeto identificado
	Projeto Chave Projeto transformador de execução prioritária		

Cronograma de Execução

A tabela abaixo apresenta o cronograma anual de execução dos projetos com declinação no PME para o ano de 2026.

Projeto	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
1.2.1.1		☐	☐	☐					☐	☐	☐	☐
1.2.2.5	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐
2.1.1.3	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐
2.1.1.4	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐
2.2.1.1	☐			☐			☐			☐		
2.2.1.3	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐
2.2.2.1	☐	☐	☐	☐	☐	☐				☐	☐	☐
2.3.1.1	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐
3.1.1.2	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐
3.2.1.2	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐
3.2.1.3	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐
3.2.2.1	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐
4.1.2.1			☐			☐			☐			☐
4.1.2.3	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐

Orçamento

A tabela 2 resume o mapa de apuramento anual das principais metas e execução financeira, para os projetos a intervir ao nível municipal. O PME de Ferreira do Alentejo conta com um orçamento global de 1 149 080,00€ (Um milhão, cento e quarenta e nove mil, e oitenta euros).

Projetos	Principais Metas	Orçamento
1.2.1.1 Gestão agregada	- Promover a gestão florestal através da constituição de figuras associativas. - Realizar ações de divulgação e capacitação das entidades para a associação.	0,00€
1.2.2.5 Multifuncionalidade	-Dinamização da economia rural e indústrias locais; Valorização do território e recursos endógenos; Adoção de novos modelos inovadores e sustentáveis nas práticas agroflorestais.	0,00€
2.1.1.3 Recuperação Pós Fogo	-Reconversão e recuperação da paisagem natural do território rural; -Melhoria da articulação entre as entidades envolvidas no combate no pós-evento; -Maior foco no planeamento e acompanhamento do pós-evento.	0,00€
2.1.1.4 Transposição PROF	-Transpor o PROF no PDM.	10 000,00
2.2.1.1 Sistema de Reporte	-Reporte trimestral da gestão de combustível.	0,00€
2.2.1.3 Rede Secundária	-Reduzir os efeitos da passagem de incêndios, protegendo de forma passiva vias de comunicação, infraestruturas e equipamentos de interesse público; -Monitorizar a execução da rede secundária pelas entidades com responsabilidade na sua e garantir a continuidade da rede secundária nos limites territoriais do concelho. -Intervenção na gestão de combustível efetiva (1 142,10ha ha/ano).	1 139 080,00€
2.2.2.1 Compostagem	- Redução de queimas e combustível sujeito a risco de incêndio nas áreas rurais; -aquisição de 1 biotriturador para destroçamento de materiais lenhosos sobrantes.	0,00€
2.3.1.1 Defesa pelos Privados	-Aumento do número de privados que cumprem as regras da rede de defesa e respetiva execução na rede secundária da sua competência; - Reforço da proteção do território e edificado rural.	0,00€
3.1.1.2 Queimas e Queimadas	-100% de resposta aos pedidos de esclarecimento relativos a queimas e queimadas.	0,00€
3.2.1.2 Comunicação de Proximidade	- Aumento da sensibilização da comunidade para a adoção de comportamentos mais seguros aumentando a proteção das populações e espaços rurais, através de	0,00€

	ações de sensibilização e divulgação em redes sociais e outros meios ao dispor.	
3.2.1.3 Comunicação em Emergência	- Capacitar as entidades da administração central e local a efetuar uma comunicação clara e eficiente às comunidades em contexto de emergência.	0,00€
3.2.2.1 Práticas Pedagógicas	-Agendar e executar iniciativas pedagógicas no ensino básico e secundário; -Promoção do voluntariado jovem.	0,00€
4.1.2.1 Comissões SGIFR	-Manter a CMGIFR em funcionamento e convocar, pelo menos, 4 reuniões.	0,00€
4.1.2.3 Programas de Ação	- Elaboração do PME, sua monitorização e avaliação; - PME aprovado.	0,00€
Total	-----	1 149 080,00€

Nota técnico-financeira explicativa

A execução financeira dos projetos, sobretudo, em terrenos rústicos de proprietários privados, estará dependente de fonte de financiamento municipal e fonte de financiamento supramunicipal, bem como, da previsão orçamental das ações e iniciativas, previstas por projeto, em diferentes orçamentos da responsabilidade de diversas entidades públicas, entidades privadas e entidades sem fins-lucrativos.

Norma habilitante

Artigo 35.º do Decreto-Lei n.º 82/2021, de 13 de outubro.

Referência

- Resolução do Conselho de Ministros n.º 45-A/2020, de 16 de junho, que aprova o Plano Nacional de Gestão Integrada de Fogos Rurais (PNGIFR).
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 71-A/2021, de 8 de junho, que aprova o Programa Nacional de Ação do PNGIFR (primeira iteração).
- Decreto-Lei n.º 82/2021, de 13 de outubro, que cria o Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais (SGIFR).
- Despacho n.º 9550/2022, de 4 de agosto, que regulamenta os Instrumentos de Planeamento do Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais estabelecendo as regras técnicas de elaboração, consulta pública, aprovação, e conteúdos dos instrumentos de planeamento do Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais.
- Decreto-Lei nº 49/2022, de 19 de julho, que altera as regras de funcionamento do Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais, determinando a adaptação das áreas prioritárias de prevenção e segurança até 31 de março de 2023.
- Decreto-Lei nº 56/2023, de 14 de julho - Altera o Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais para enquadrar a aplicação da metodologia de adaptação das áreas prioritárias de prevenção e segurança.

- Despacho n.º 4223/2025, 3 de abril, regulamenta as normas técnicas relativas à gestão de combustível nas faixas de gestão de combustível das redes primária, secundária e terciária e nas áreas estratégicas de mosaicos de gestão de combustível.

Data deste documento

25 de novembro de 2025

IV – Projetos de Implementação Municipal

A aplicação dos projetos abaixo identificados é subsidiária do inscrito em ficha de projeto do PSA, sendo essas fichas a referência para consulta. O PME indica de que modo o município se envolverá no projeto, contribuindo para a sua execução.

IV.1 – Projetos de valorização dos espaços rurais



VALORIZAR OS ESPAÇOS RURAIS

GESTÃO AGREGADA DE TERRITÓRIOS						1.2.1.1		
Objetivos - Promover a gestão florestal através da constituição de figuras associativas. - Realizar ações de divulgação e capacitação das entidades para a associação Principais resultados esperados - Melhor planeamento e comunicação entre proprietários ou gestores. - Redução dos custos de exploração.						Principais entidades envolvidas R - Entidades Gestoras, Privados A - Comissão MUNICIPAL GIFR S - Entidades Gestoras, Privados, CCDR-A, Município, Juntas de Freguesia, ICNF C – Cimbal I – AGIF F - Comissão SUB-REGIONAL GIFR do Baixo Alentejo		
PLAN	PREP	PREV	PRES	SUPR	POSE	GOVE	QUAL	SIC
Orçamento Global do Projeto neste PME: * 0,00€								
Indicadores			Unidade		Meta			
1.N.º de contratos-programa estabelecidos com PGF			Nº		>20%			
2. N.º de ZIF com PGF adaptados ao PROF			Nº		>10%			
Gestão de risco do projeto Risco Total: 16 - Alto (S4; P4) - (risco identificado relacionado com a ausência de financiamento para execução do projeto) Ameaças: Não financiamento para resultados pretendidos, e a não aderência à temática. Resolução Geral: Ações de sensibilização das varas entidades para incentivo às associações.								
Iniciativa n.º 1						Fonte Financiamento		
Manutenção das ZIF existentes						PRR, Fundo Ambiental, outras fontes de financiamento		
O incentivo ou apoio á contratação de técnicos por parte das entidades gestoras de ZIF poderá promover a reativação do seu funcionamento e/ou a						PRR, Fundo Ambiental, outras fontes de financiamento		

criação de novas ZIF												
Realizar ações de capacitação para as áreas territoriais ZIF e entidades de gestão												PRR, Fundo Ambiental, outras fontes de financiamento
Manutenção das ZIF existentes												PRR, Fundo Ambiental, outras fontes de financiamento
Calendarização												
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	
	☐	☐	☐					☐	☐	☐	☐	
Recursos												
Identificação do recurso							Origem do recurso		Custo [€]			
1. Identificação de ZIF sem adaptação aos PROF							Município/ Associações		0,00€			
2. Contrato programa sem PGF							Município/ Associações		0,00€			
Total (€)							*0,00€					
Gestão de risco da iniciativa Risco Total: 16 – Alto (S4; P4) (risco identificado relacionado com a ausência de financiamento para execução da iniciativa) Ameaças: A falta de financiamento o que poderá fazer com que as ZIF não se adaptem Resolução Geral: Ações de sensibilização.												
Observações : * por definir Legenda: R – Responsável; A – Autoriza; S – Suporta; C – Consultado; I – Informado; F – Fiscaliza; PLAN – Planeamento; PREP – Preparação; PREV – Prevenção; PRES – Pré-Supressão; SUPR – Supressão; POSE – Pós-Evento; GOVE – Governança; QUAL – Qualificação; SIC – Sistemas de Informação e Comunicação												

MULTI FUNCIONALIDADE DOS SISTEMAS AGRO FLORESTAIS	
	1.2.2.5
Objetivos - Motivar a criação de projetos com proveniência nos sistemas agroflorestais associados à pluriatividade e ao plurirrendimento.	Principais entidades envolvidas R - Associações de agricultores e proprietários privados, apicultores, caçadores A - Comissão MUNICIPAL GIFR S - Juntas de Freguesia, associações do concelho

- Definir linhas de apoio para projetos que visem o aproveitamento dos recursos agroflorestais, como a produção de madeira proveniente de espécies autóctones, a silvopastoricia, a apicultura, as plantas aromáticas e ainda medicinais (PMA), os cogumelos, a caça, a pesca, e ainda materiais vegetais e orgânicos tais como resinas, folhagem e vimes. - valorização e promoção de atividade apícola enquanto atividade essencial para os ecossistemas e de valor económico relevante para só territórios. Principais resultados esperados - Dinamização da economia rural e indústrias locais valorizando o território e recursos. - Adoção de novos modelos inovadores e sustentáveis nas práticas agro florestais.						de carácter socioambiental C – Associações de agricultores Privados, ICNF, Município, Juntas de Freguesia, associações de caçadores, conselho cinegético, Címbal I – AGIF F -		
PLAN	PREP	PREV	PRES	SUPR	POSE	GOVE	QUAL	SIC
Orçamento Global do Projeto neste PME: * 0,00€								
Indicadores		Unidade			Meta			
1. Número de projetos apoiados e investimento realizado		Nº			Anual:1			
2. Novas áreas por atividade agro-florestal		ha			Anual:1			
3. Novas colmeias		Nº			Anual:20			
4. Novos apicultores registados		Nº			Anual: 2			
5. Novas áreas de frutos secos e silvestres		ha			Anual:20			
Gestão de risco do projeto								
Risco Total: 16 - Alto (S4; P4) - (risco identificado relacionado com a ausência de financiamento para execução do projeto)								
Ameaças: Ausência de financiamentos para a multifuncionalidade dos espaços florestais. Desinteresse por parte dos possíveis candidatos.								
Resolução Geral: Promover a atividade de silvopastoricia e apicola, a dinamização de sistemas produtivos locais e a gestão sustentável em espaços florestais.								
Iniciativa n.º 1					Fonte Financiamento			
Projeto de valorização e promoção de sistemas produtivos locais de forma integrada, com vista à comercialização dos produtos com maior escala e implementação de projetos inovadores e soluções tecnológicas para alavancar o sistema produtivo local. Implementação de estratégias com					PRR, FEDER, FA, Privados, outras fontes de financiamento			

abordagem territorial (bioregiões, reservas de biosfera), valorização de produtos tradicionais.											
Calendarização											
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
□	□	□	□	□	□	□	□	□	□	□	□
Recursos											
Identificação do recurso							Origem do recurso		Custo [€]		
1. Ação de valorização e promoção de sistemas produtivos locais (iniciativas de mostra de produtos locais e incentivo à compra dos mesmos ex.: mercado mensal e “feirinha de natal”).							Privados, Município		0,00€		
Total (€)							*0,00€				
Gestão de risco da iniciativa Risco Total: 16 – Alto (S4; P4) (risco identificado relacionado com a ausência de financiamento para execução da iniciativa) Ameaças: As ameaças referidas na gestão de risco do projeto. Resolução Geral: A resolução referida na gestão de risco do projeto											
Observações: no município verifica-se a aposta nas culturas de frutos secos e silvestres ou citrinos. * por definir Legenda: R – Responsável; A – Autoriza; S – Suporta; C – Consultado; I – Informado; F – Fiscaliza; PLAN – Planeamento; PREP – Preparação; PREV – Prevenção; PRES – Pré-Supressão; SUPR – Supressão; POSE – Pós-Evento; GOVE – Governança; QUAL – Qualificação; SIC – Sistemas de Informação e Comunicação											

IV.2 – Projetos de cuidar dos espaços rurais



CUIDAR DOS ESPAÇOS RURAIS

RECUPERAÇÃO PÓS FOGO E INTERVENÇÃO EM ÁREAS ARDIDAS DE MAIS DE 500 HA EM ARTICULAÇÃO COM AS ENTIDADES LOCAIS						2.1.1.3			
Objetivos: Intervir nas áreas ardidas de mais de 500 hectares em colaboração com as entidades locais na realização de ações de recuperação e reordenamento do território de forma a apoiar as comunidades afetadas pelos incêndios e assegurar a reabilitação da economia e paisagem local. Principais resultados esperados: Reconversão e recuperação da paisagem natural do território rural sujeito a incêndio; Melhoria da articulação entre as entidades envolvidas no combate no pós-evento; maior foco no planeamento e acompanhamento do pós-evento.						Principais entidades envolvidas R - Município A - Comissão SUB-REGIONAL GIFR Baixo Alentejo, município de Ferreira do Alentejo S -Comissão SUB-REGIONAL GIFR Baixo Alentejo, juntas de freguesia, ICNF, proprietários privados, APA, município de Ferreira do Alentejo C—ANEPC, CIMBAL, Comissão SUB-REGIONAL GIFR Baixo Alentejo I – Comissão SUB-REGIONAL GIFR Baixo Alentejo F - GNR			
PLAN	PREP	PREV	PRES	SUPR	POSE	GOVE	QUAL	SIC	
Orçamento Global do Projeto neste PME: * 0,00€									
Indicadores		Unidade			Meta				
1. Elaboração de relatórios de estabilização de emergência		%			2030: 100% de áreas ardidas superior a 500 ha com Relatório de estabilização de emergência (com financiamento assegurado para as atividades de recuperação)				
2. % de hectares tratados trimestralmente		%			25				
Gestão de risco do projeto Ameaças: Ausência de financiamento e/ou prazo temporal para realização da estabilização de emergência. Risco Total: 25 - Extremo (S5; P5). Resolução Geral: Garantir financiamento para a realização da estabilização de emergência imediatamente pós incêndio.									
Iniciativa n.º 1					Fonte Financiamento				
Assegurar a intervenção em áreas ardidas nas 3 fases da recuperação no âmbito, da estabilização de emergência, da reabilitação, e da reposição da capacidade produtiva em articulação com as entidades locais.					FA, FEADER, OE, PDR, outras fontes de financiamento				

Calendarização											
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Recursos											
Identificação do recurso							Origem do recurso		Custo [€]		
Fundos de apoio							Fundo/Aviso		0,00 €		
Total (€)							*0,00€				
Gestão de risco da iniciativa Ameaças: Ausência de financiamento e/ou prazo temporal para realização da estabilização de emergência. Risco Total: 25 - Extremo (S5; P5). Resolução Geral: Garantir financiamento para a realização da estabilização de emergência imediatamente pós incêndio. Observações: * por definir Em 2025, à data, não ocorreu qualquer incêndio com área ardida com mais de 500 ha. Custo do financiamento será definido no momento da realização dos Relatórios de Estabilização de Emergência (REE), a elaborar pelo ICNF I.P., bem como aquando da abertura de avisos ou outras formas de financiamento. A participação do Município reveste-se de importância na relação com o seu munícipe, residente no território, com a identificação e contacto com os proprietários de áreas afetadas e com necessidade de intervenção, entre outras. Legenda: R – Responsável; A – Autoriza; S – Suporta; C – Consultado; I – Informado; F – Fiscaliza; PLAN – Planeamento; PREP – Preparação; PREV – Prevenção; PRES – Pré-Supressão; SUPR – Supressão; POSE – Pós-Evento; GOVE – Governança; QUAL – Qualificação; SIC – Sistemas de Informação e Comunicação											

TRANSPOR OS PROGRAMAS REGIONAIS DE ORDENAMENTO FLORESTAL (PROF) PARA OS PLANOS DIRETORES MUNICIPAIS (PDM)	2.1.1.4
Objetivos: Adaptar as disposições ao PDM para assegurar um alinhamento da estratégia de desenvolvimento e modelo territorial adotados nas áreas rurais de forma a preservar a paisagem e os recursos florestais locais. Principais resultados esperados: Alinhamento entre as potencialidades dos territórios rurais e a sua estratégia de desenvolvimento local garantindo uma padronização de normas orientadoras. Aumento de ações de reconversão de paisagem segundo os PROF.	Principais entidades envolvidas R – Município A - Comissão Municipal GIFR de Ferreira do Alentejo S -CIMBAL, Comissão SUB-REGIONAL GIFR Baixo Alentejo, DGT, ICNF C –CCDR Alentejo, Comissão SUB-REGIONAL GIFR Baixo Alentejo, ICNF I – Comissão SUB-REGIONAL GIFR Baixo Alentejo F - Comissão SUB-REGIONAL GIFR Baixo Alentejo

PLAN	PREP	PREV	PRES	SUPR	POSE	GOVE	QUAL	SIC			
Orçamento Global do Projeto neste PME: 10 000,€											
Indicadores			Unidade			Meta					
1. PDM com PROF transposto			nº			1					
Gestão de risco do projeto Risco Total: 4 - Baixo (S2; P2). Ameaças: A esta data não se identificam ameaças. Resolução Geral: Não se aplica											
Iniciativa n.º 1						Fonte Financiamento					
Garantir a transposição adequada dos PROF para os PDM						Orçamento Municipal					
Calendarização											
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Recursos											
Identificação do recurso						Origem do recurso		Custo [€]			
1. Prestação do serviço para transposição no PDM						Município		10.000,00€			
Total (€)								10 000,00€			
Gestão de risco da iniciativa Risco Total: 4 - Baixo (S2; P2) Ameaças: A esta data não se identificam ameaças Resolução Geral: Não se aplica											
Observações: *Valor da prestação de serviços estimada para atualização deste ponto do PDM. Legenda: R – Responsável; A – Autoriza; S – Suporta; C – Consultado; I – Informado; F – Fiscaliza; PLAN – Planeamento; PREP – Preparação; PREV – Prevenção; PRES – Pré-Supressão; SUPR – Supressão; POSE – Pós-Evento; GOVE – Governança; QUAL – Qualificação; SIC – Sistemas de Informação e Comunicação											

ESTABELECE E OPERACIONALIZA SISTEMA DE INFORMAÇÃO PARA COORDENAÇÃO E REPORTE DE GESTÃO ESTRATÉGICA DE COMBUSTÍVEL						2.2.1.1					
Objetivos: Estabelecer um sistema de informação e reporte de gestão estratégica de combustível assegurando um alinhamento com os objetivos dos programas de ação do SGIFR.						Principais entidades envolvidas R – Município, REN, E-Redes, IP, entidades gestoras de infraestruturas, proprietários privados A - Comissão MUNICIPAL GIFR S - Comissão SUB-REGIONAL GIFR Baixo Alentejo C – ANEPC, CIMBAL, Comissão SUB-REGIONAL GIFR Baixo Alentejo I – Comissão SUB-REGIONAL GIFR Baixo Alentejo F – GNR Aa - ICNF					
Principais resultados esperados: Aumento da monitorização das ações de gestão de combustível. Monitorização local da perigosidade de incêndio. Aumento da articulação entre entidades que executam ações de gestão estratégica de combustível.											
PLAN	PREP	PREV	PRES	SUPR	POSE	GOVE	QUAL	SIC			
Orçamento Global do Projeto neste PME: 0,00€											
Indicadores			Unidade			Meta					
1. Implementação de sistema de informação			nº			1					
2. Reporte de dados de gestão de combustível através do sistema de informação (trimestral)			nº			4					
Gestão de risco do projeto Ameaças: A esta data não se identificam ameaças. Risco Total: Total: 4 - Baixo (S2; P2). Resolução Geral: Não se aplica											
Iniciativa n.º 1						Fonte Financiamento					
Monitorizar os resultados e identificar situações que justifiquem a intervenção de forma a assegurar o cumprimento das metas estabelecidas.						Orçamentos das entidades envolvidas					
Calendarização											
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
☐			☐			☐			☐		
Recursos											
Identificação do recurso						Origem do recurso		Custo [€]			

Levantamento e reporte de dados	Município	0,00 €
Total (€)	0,00€	
Gestão de risco da iniciativa Ameaças: ausência de reporte por parte de todas as entidades com responsabilidade, nomeadamente os privados. Risco Total: Total: 4 - Baixo (S2; P2). Resolução Geral: Sensibilizar para a importância de reporte.		
Observações: Legenda: R – Responsável; A – Autoriza; S – Suporta; C – Consultado; I – Informado; F – Fiscaliza; PLAN – Planeamento; PREP – Preparação; PREV – Prevenção; PRES – Pré-Supressão; SUPR – Supressão; POSE – Pós-Evento; GOVE – Governança; QUAL – Qualificação; SIC – Sistemas de Informação e Comunicação		

GARANTIR A GESTÃO DA REDE SECUNDÁRIA						2.2.1.3		
Objetivos: Reduzir os efeitos da passagem de incêndios, protegendo de forma passiva vias de comunicação, infraestruturas e equipamentos de interesse público. Principais resultados esperados: 1 1402,10ha com gestão efetiva da rede. Gestão e conservação da rede secundária, preparada para a prevenção e combate de incêndios.						Principais entidades envolvidas R – Município, REN, E-Redes, IP, entidades gestoras de infraestruturas, proprietários privados A - Comissão MUNICIPAL GIFR S - ANEPC, CIMBAL, Comissão SUB-REGIONAL GIFR Baixo Alentejo C –ANEPC, CIMBAL, Comissão SUB-REGIONAL GIFR Baixo Alentejo, ICNF I – Comissão SUB-REGIONAL GIFR Baixo Alentejo F - GNR		
PLAN	PREP	PREV	PRES	SUPR	POSE	GOVE	QUAL	SIC
Orçamento Global do Projeto neste PME: 1 139 080.00€								
Indicadores			Unidade		Meta			
1. Monitorizar a gestão de combustível efetiva na rede secundária			ha		Até 1 140,87 ha			
2. Taxa de execução nas áreas prioritárias			ha		Não aplicável			
Gestão de risco do projeto Risco Total: 16 - Alto (S4; P4). Ameaças: Proprietários não executarem as Faixas de Gestão de Combustível (FGC). Falta de financiamento e/ou prazo temporal para execução das FGC pelo município em substituição dos proprietários, e devido aos alertas e avisos para as condições meteorológicas.								

Resolução Geral: Executar as FGC e o município substituir-se aos proprietários, arrendatários, usufrutuários, com a necessária garantia de financiamento para execução das FGC no prazo previsto.

Iniciativa n.º 1	Fonte Financiamento
Execução das faixas de gestão de combustível da rede secundária	Orçamento Municipal, Entidades gestoras das infraestruturas, Privados (proprietários, arrendatários, usufrutuários), outras fontes de financiamento.

Calendarização

Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐

Recursos

Identificação do recurso	Origem do recurso	Custo [€]
1. Execução de FGC Municipais (Rede Viária)	Município	41,56 ha (1.000€/ha) = 41.560,00 €
2. Execução de FGC IP (Rodovia)	IP	7,53 ha (600€/ha) = 4.518,00 €
3. Execução de FGC Brisa (Rodovia)	Brisa	34,01 ha (1.000€/ha) = 34.010,00 €
4. Execução de FGC REN	REN	0,00 €
5. Execução de FGC E-Redes	E-Redes	51,91 ha (1.000€/ha) = 51.910,00 €
6. Execução de FGC Áreas edificadas (Aglomerados (100mt), edifícios isolados (50mt))	Privados	740,72 ha (1.000€/ha) = 740.720,00 €
7. Execução de FGC Instalações diversas (Indústrias e equipamentos, 100mt)	Privados	135,81ha (1.000€/ha)= 135.810,00 €
8. Execução da gestão de combustível (isolados, 10mt)	Privados	130,56 ha (1.000€/ha)= 130.560,00 €
TOTAL (€)	(1 142,10ha) = 1.139.080€	

Gestão de risco da iniciativa

Risco Total: 16 - Alto (S4; P4).

Ameaças: Proprietários não executarem as Faixas de Gestão de Combustível (FGC). Falta de financiamento e/ou prazo temporal para execução das FGC pelo município em substituição dos proprietários, e devido aos alertas e avisos para as condições meteorológicas.

Resolução Geral: Executar as FGC e o município substituir-se aos proprietários, arrendatários, usufrutuários, com a necessária garantia de financiamento para execução das FGC no prazo previsto.

Observações:

O projeto 2.2.1.3 do PME de Ferreira do Alentejo é um projeto com uma iniciativa obrigatória, por determinação legal (art.º 34.º, art.º 35.º, art.º 49.º e art.º 58.º do Decreto-Lei n.º 82/2021, de 13 de outubro).

Poderá haver a necessidade do município se substituir aos proprietários privados.
 O custo referente à execução de FGC da responsabilidade do municipal é de 41.560,00 €.

Legenda:

R – Responsável; A – Autoriza; S – Suporta; C – Consultado; I – Informado; F – Fiscaliza; PLAN – Planeamento; PREP – Preparação; PREV – Prevenção; PRES – Pré-Supressão; SUPR – Supressão; POSE – Pós-Evento; GOVE – Governança; QUAL – Qualificação; SIC – Sistemas de Informação e Comunicação

PROMOVER PROCESSOS DE COMPOSTAGEM						2.2.2.1			
Objetivos Promover a utilização de compostagem por parte dos proprietários, de forma a otimizar a gestão de recursos e fomentar a utilização de processos de reaproveitamento orgânicos que preservem as propriedades do espaço rural, originando a redução de queimas e uma melhor gestão de combustível. Principais resultados esperados - Aumento do número de propriedades agrícola a utilizar processo de compostagem que promovam preservação do espaço rural. - Redução de queimas e combustível sujeito a risco de incêndio nas áreas rurais.						Principais entidades envolvidas R – Município de Ferreira do Alentejo A - Comissão MUNICIPAL GIFR S - Juntas de freguesia, DGAL, proprietários, CCDR-A, ABORO C –ANEPC, CIMBAL, Comissão SUB-REGIONAL GIFR Baixo Alentejo I – Comissão SUB-REGIONAL GIFR Baixo Alentejo F -			
PLAN	PREP	PREV	PRES	SUPR	POSE	GOVE	QUAL	SIC	
Orçamento Global do Projeto neste PME: *0.00€									
Indicadores			Unidade		Meta				
1. N.º de queimas vs agricultores aderentes ao programa de compostagem			Nº		Até 2030: redução do número de queimas até 60%				
2. Redução do número de ignições nas freguesias aderentes			Nº		Até 40%				
Gestão de risco do projeto Risco Total: 16 - Alto (S4; P4) – este risco está relacionado com a ausência de financiamento para execução do projeto Ameaças: Ausência de financiamento para projetos de promoção de processos de compostagem para proprietários privados. Ausência de recursos humanos e processo logístico para recolha e transporte de resíduos florestais de propriedades/explorações florestais em espaço rural para locais de tratamento de resíduos verdes não urbanos. Elevado número de pedido de queimas. Ausência de recursos humanos com experiência e capacitação de utilização de biotriturador e, ausência do equipamento biotriturador. Resolução Geral: Redução do número de ignições através da redução de queimas de resíduos verdes e sobrantes. Aquisição do equipamento biotriturador.									
Iniciativa n.º 1					Fonte Financiamento				
Criar programas de compostagem nas autarquias					Orçamento Municipal, a aguardar outras fontes de financiamento				

Calendarização											
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
☐	☐	☐	☐	☐	☐				☐	☐	☐
Recursos											
Identificação do recurso							Origem do recurso		Custo [€]		
Aquisição de biotriturador municipal							Município		0,00€		
Outros equipamentos de apoio (reboque, trator)							Município		0,00€		
TOTAL (€)							0,00€				
Gestão de risco da iniciativa Risco Total: 16 - Alto (S4; P4) Ameaças: Ausência de financiamento para projetos de promoção de processos de compostagem para proprietários privados. Ausência de recursos humanos e processo logístico para recolha e transporte de resíduos florestais de propriedades/explorações florestais em espaço rural para locais de tratamento de resíduos verdes não urbanos. Elevado número de pedido de queimas. Ausência de recursos humanos com experiência e capacitação de utilização de biotriturador e, ausência do equipamento biotriturador. Resolução Geral: Redução do número de ignições através da redução de queimas de resíduos verdes e sobrantes. Aquisição do equipamento biotriturador a nível municipal.											
Observações: *a definir A aquisição do equipamento biotriturador a nível municipal permitirá reduzir o número de queimas e das ignições assim, como incentivar a utilização de compostagem, no sentido da reutilização pelos proprietários dos sobrantes como matéria orgânica, divulgando os seus benefícios e apoios.											
Iniciativa n.º 2						Fonte Financiamento					
Incentivar a prática de compostagem, no sentido da reutilização pelos proprietários dos sobrantes como matéria orgânica, divulgando os seus benefícios e apoios.						Orçamento municipal, a aguardar outras fontes de financiamento					
Calendarização											
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
☐	☐	☐	☐	☐	☐				☐	☐	☐
Recursos											
Identificação do recurso				Origem do recurso				Custo (€)			
Sensibilização da população e proprietários para a gestão de sobrantes				Município, juntas de freguesia, proprietários				0,00€			
Partilha de equipamento mediante protocolo a estabelecer				Município, juntas de freguesia, proprietários				0,00€			
TOTAL (€):								*0,00€			
Gestão de risco da iniciativa Risco Total: 16 - Alto (S4; P4) Ameaças: Baixa aderência ao projeto por parte dos privados.											

Resolução Geral: Alterar rotina de gestão de combustível por queima de sobranes e promover a compostagem.

Observações: *a definir

Incentivo à aderência da biotrituração de sobranes incentivar a utilização de compostagem, no sentido da reutilização pelos proprietários dos sobranes como matéria orgânica, divulgando os seus benefícios e apoios.

Legenda:

R – Responsável; A – Autoriza; S – Suporta; C – Consultado; I – Informado; F – Fiscaliza; PLAN – Planeamento; PREP – Preparação; PREV – Prevenção; PRES – Pré-Supressão; SUPR – Supressão; POSE – Pós-Evento; GOVE – Governança; QUAL – Qualificação; SIC – Sistemas de Informação e Comunicação.

REVISÃO E IMPLEMENTAÇÃO DAS REGRAS DAS REDES DE DEFESA PELOS PRIVADOS						2.3.1.1		
Objetivos Rever e implementar as regras assegurando um equilíbrio entre o esforço e o risco subjacente aos territórios rurais em que se inserem. Principais resultados esperados Aumento do número de privados que cumpram as regras de criação de redes de defesa reforçando a proteção do território rural.						Principais entidades envolvidas R – GNR A - Comissão MUNICIPAL GIFR de Ferreira do Alentejo S - Município de Ferreira do Alentejo, ANEPC, Comissão SUB-REGIONAL GIFR Baixo Alentejo, Proprietários C –ANEPC I – Comissão SUB-REGIONAL GIFR Baixo Alentejo F - GNR		
PLAN	PREP	PREV	PRES	SUPR	POSE	GOVE	QUAL	SIC
Orçamento Global do Projeto neste PME: *0.00€								
Indicadores		Unidade			Meta			
1. N.º de autos por tipologia		Nº			Anual			
2. Nº total de ações de sensibilização e de fiscalização		Nº			Anual			
Gestão de risco do projeto Risco Total: 16 - Alto (S4; P4) – este risco está relacionado com o incumprimento de gestão de combustível por parte dos privados. Ameaças: incumprimento de gestão de combustível por parte dos privados. Resolução Geral: articulação entre a GNR e o município/GTF para maior cumprimento das obrigações legais. Redução dos auto de contraordenação e apoios financeiros aos privados para colocar em prática a execução da gestão de combustível.								
Iniciativa n.º 1					Fonte Financiamento			
Monitorizar e fiscalizar o cumprimento das regras estabelecidas, aplicando as penalizações sempre que necessário e promovendo o aumento do cumprimento voluntário.					Orçamento do estado, privados			

Calendarização											
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
□	□	□	□	□	□	□	□	□	□	□	□
Recursos											
Identificação do recurso							Origem do recurso		Custo [€]		
1º fase Sensibilização - Patrulha da GNR							GNR/Município		0,00€		
2º fase fiscalização - Patrulha da GNR							GNR		0,00€		
TOTAL (€)							0,00€				
Gestão de risco da iniciativa Risco Total: 16 - Alto (S4; P4) – este risco está relacionado com o incumprimento de gestão de combustível por parte dos privados. Ameaças: incumprimento de gestão de combustível por parte dos privados. Resolução Geral: articulação entre a GNR e o município/GTF para maior cumprimento das obrigações legais. Redução dos auto de contraordenação e apoios financeiros aos privados.											
Observações: *a definir Redução dos auto de contraordenação e apoios financeiros aos privados. Legenda: R – Responsável; A – Autoriza; S – Suporta; C – Consultado; I – Informado; F – Fiscaliza; PLAN – Planeamento; PREP – Preparação; PREV – Prevenção; PRES – Pré-Supressão; SUPR – Supressão; POSE – Pós-Evento; GOVE – Governança; QUAL – Qualificação; SIC – Sistemas de Informação e Comunicação.											

IV.3 – Projetos de modificação de comportamentos



MODIFICAR COMPORTAMENTOS

APOIO À POPULAÇÃO NA REALIZAÇÃO DE QUEIMAS E QUEIMADAS						3.1.1.2		
Objetivos Disponibilizar apoio e informação útil à população, incentivar à adoção de comportamentos responsáveis reduzindo o risco das queimas e queimadas, através da articulação com as entidades locais (Autarquias, BV, GNR) e utilização de meios de comunicação mais eficazes. Principais resultados esperados Alcance mais abrangente da população do município, de forma que a mesma adote comportamentos mais seguros. Reduzir o número de queimas e queimadas não autorizadas, assim como a redução da área ardida. Sensibilizar a população para as boas práticas.						Principais entidades envolvidas R – Município de Ferreira do Alentejo A - Município de Ferreira do Alentejo S - ICNF, GNR, BV, Município C – BV I – Município, GNR, BV, Cimbal F - GNR		
PLAN	PREP	PREV	PRES	SUPR	POSE	GOVE	QUAL	SIC
Orçamento Global do Projeto neste PME: *0.00€								
Indicadores				Unidade		Meta		
1. Nº de pedidos/comunicação de autorização de queimas e queimadas				%		Até 100%		
2. Taxa de resposta aos pedidos de esclarecimento relativos a queimas e queimadas;				%		Até 100%		
3. N.º de queimas e queimadas apoiadas				%		Até 100%		
4. N.º de acidentes em queimas e queimadas				%		0%		
Gestão de risco do projeto Risco Total: 9 - Moderado (S3; P3) Ameaças: Não atingir as meta estipuladas Resolução Geral: Realização responsável de queimas e queimadas e a promoção de alternativas ao uso de fogo (e.g.estilhaçamento, compostagem) em articulação com Juntas de Freguesia e privados.								
Iniciativa n.º 1						Fonte Financiamento		
Promover o apoio na realização de queimas e queimadas em dias de maior risco e em APPS, através da articulação com diversas entidades locais e utilização dos meios de						Orçamento municipal, CIMBAL, FA, OE, PO, outras fontes de financiamento		

comunicação mais eficazes.											
Disponibilizar informação meteorológica e recomendações práticas através de meios acessíveis e adequados à população alvo privilegiando meios de proximidade, quer na plataforma e quer através do apoio telefónico.								Orçamento municipal, FA, OE, PO, outras fontes de financiamento			
Calendarização											
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Recursos											
Identificação do recurso								Origem do recurso		Custo [€]	
1. comunicação de avisos e alertas à população e privados, privilegiando as redes sociais/ e-mail/sms.								Município		0,00€	
2. apoio na resposta aos pedidos de realização de queimas e queimadas								Município		0,00€	
TOTAL (€)										0,00€	
Gestão de risco da iniciativa Risco Total: 9 - Moderado (S3; P3) Ameaças: Falta de adesão à informação de proximidade Resolução Geral: Reforço com sensibilização.											
Observações: *a definir Legenda: R – Responsável; A – Autoriza; S – Suporta; C – Consultado; I – Informado; F – Fiscaliza; PLAN – Planeamento; PREP – Preparação; PREV – Prevenção; PRES – Pré-Supressão; SUPR – Supressão; POSE – Pós-Evento; GOVE – Governança; QUAL – Qualificação; SIC – Sistemas de Informação e Comunicação.											

COMUNICAÇÃO ESPECIALIZADA DE PROXIMIDADE	
	3.2.1.2
Objetivos Criar ações de sensibilização da população a nível local seguindo uma abordagem personalizada à região e aos seus fatores de risco mais relevantes para a adoção de práticas mais seguras no âmbito da prevenção e combate a incêndios por parte de toda a comunidade.	Principais entidades envolvidas R – Município de Ferreira do Alentejo, GNR, ANEPC A - Comissão MUNICIPAL GIFR Ferreira do Alentejo S - ANEPC, GNR, ICNF, BV, CIMBAL, Comissão MUNICIPAL GIFR C –ANEPC, CIMBAL, Comissão SUB-REGIONAL GIFR I – Comissão SUB-REGIONAL GIFR F - GNR
Principais resultados esperados Aumento da sensibilização da comunidade para a adoção de comportamentos mais seguros aumentando a proteção das populações e espaços rurais, através de ações de sensibilização e divulgação em redes sociais e outros meios ao dispor.	

PLAN	PREP	PREV	PRES	SUPR	POSE	GOVE	QUAL	SIC			
Orçamento Global do Projeto neste PME: *0.00€											
Indicadores				Unidade		Meta					
1. Número de ações de sensibilização locais				Nº		Área de atuação em todas as localidades do concelho					
2. Número de ações nas redes sociais				Nº		A definir					
3. Número de pessoas sensibilizadas				Nº		A definir					
Gestão de risco do projeto Risco Total: 4 – Baixo (S2; P2) Ameaças: falta de adesão às ações de sensibilização Resolução Geral: Chegar ao publico alvo. Percorrer as localidades e apostar na sensibilização de proximidade.											
Iniciativa n.º 1						Fonte Financiamento					
Ações de comunicação de proximidade nas comunidades para suporte dos projetos inscritos nos PSA, ações de sensibilização de proximidade junto das comunidades locais de maior risco.						PDR, FA, OE, PRR e PO					
Elaborar ações de formação e de partilha de conhecimento por parte das entidades locais em zonas onde as práticas de queimas e queimadas extensivas são frequentes, promovendo o apoio destas entidades na realização das mesmas.						PDR, FA, OE, PRR e PO					
Criar e reforçar mecanismos de comunicação de forma a melhorar o diálogo e a passagem de informação.						PDR, FA, OE, PRR e PO					
Implementar as campanhas de sensibilização aos públicos-alvo específicos em cada região ou local, de acordo com os fatores de risco mais relevantes para adoção das melhores práticas associadas.						PDR, FA, OE, PRR e PO					
Identificar as regiões e públicos-alvo específicos para a criação de iniciativas de sensibilização local.						PDR, FA, OE, PRR e PO					
Calendarização											
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Recursos											
Identificação do recurso						Origem do recurso	Custo [€]				
Panfletos /folhetos informativos à população em geral						Outras entidades/ Município	0,00€				
Ações de sensibilização/redes sociais						Outras entidades/ Município	0,00€				
TOTAL (€)						0,00€					

Gestão de risco da iniciativa
Risco Total: 4 – Baixo (S2; P2)

Ameaças: falta de adesão às ações de sensibilização e

Resolução Geral: Chegar ao público alvo. Percorrer as localidades e apostar na sensibilização de proximidade.

Observações: *a definir

Legenda:

R – Responsável; A – Autoriza; S – Suporta; C – Consultado; I – Informado; F – Fiscaliza; PLAN – Planeamento; PREP – Preparação; PREV – Prevenção; PRES – Pré-Supressão; SUPR – Supressão; POSE – Pós-Evento; GOVE – Governança; QUAL – Qualificação; SIC – Sistemas de Informação e Comunicação.

COMUNICAÇÃO DAS ENTIDADES EM CONTEXTO DE EMERGÊNCIA						3.2.1.3		
Objetivos Capacitar as entidades da administração central e local a efetuar uma comunicação clara e eficiente às comunidades em contexto de emergência. Principais resultados esperados Melhoria dos mecanismos e métodos de comunicação em contextos de crise das entidades centrais e locais garantindo um alinhamento integrado.						Principais entidades envolvidas R – Município de Ferreira do Alentejo, Juntas de freguesia A - Comissão MUNICIPAL GIFR Ferreira do Alentejo S - ANEPC, GNR, BV, CIMBAL, Comissão MUNICIPAL GIFR C –Comissão Municipal de Ferreira do Alentejo I – AGIF F - Comissão Sub-Regional do Baixo Alentejo		
PLAN	PREP	PREV	PRES	SUPR	POSE	GOVE	QUAL	SIC
Orçamento Global do Projeto neste PME: *0.00€								
Indicadores					Unidade	Meta		
1. N.º de elementos capacitados para comunicar em contexto de emergência (Comandante GNR, Presidente da Câmara, Serviço Municipal de Proteção Civil, Serviço de Comunicação do Município, e Comando BVFA e Presidentes de Junta de Freguesia).					Nº	11		
2. N.º de entidades capacitadas para comunicar em contexto de emergência (GNR, Município, Juntas de Freguesia e BV).					Nº	9		
Gestão de risco do projeto Risco Total: 16 – Alto (S4; P4) Ameaças: Ausência de financiamento e/ou disponibilidade para a frequência das formações Resolução Geral: Garantir financiamento e formandos para as ações de formação								
Iniciativa n.º 1						Fonte Financiamento		
Organizar ações de capacitação dos envolvidos						Orçamento Municipal, outras fontes de		

								financiamento			
Calendarização											
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Recursos											
Identificação do recurso								Origem do recurso	Custo [€]		
Formação media training em comunicação em contexto de emergência								Município, outras fontes de financiamento	0,00€		
TOTAL (€)								0,00€			
Gestão de risco da iniciativa Risco Total: 16 – Moderado (S4; P4) Ameaças: Ausência de financiamento e/ou disponibilidade para a frequência das formações Resolução Geral: Garantir financiamento e formandos para as ações de formação.											
Observações: *a definir Legenda: R – Responsável; A – Autoriza; S – Suporta; C – Consultado; I – Informado; F – Fiscaliza; PLAN – Planeamento; PREP – Preparação; PREV – Prevenção; PRES – Pré-Supressão; SUPR – Supressão; POSE – Pós-Evento; GOVE – Governança; QUAL – Qualificação; SIC – Sistemas de Informação e Comunicação.											

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NO ENSINO BÁSICO E SECUNDÁRIO PARA O RISCO						3.2.2.1		
Objetivos Sensibilizar e educar os alunos dos ensinos básico e secundário para a adoção de comportamentos responsáveis no âmbito da valorização dos recursos florestais e ensinar como agir em situações de incêndio (autoproteção). Principais resultados esperados Aumento da educação da população mais jovem para os perigos de incêndio e adoção de comportamentos responsáveis. Enriquecimento e coesão do plano nacional de educação incluindo os temas de risco de fogo.						Principais entidades envolvidas R – DGEST, CIMBAL A - Município S - ANEPC, GNR, ICNF, BV, CIMBAL, Agrupamento de Escolas de Ferreira do Alentejo C – Agrupamento de Escolas de Ferreira do Alentejo I – F -		
PLAN	PREP	PREV	PRES	SUPR	POSE	GOVE	QUAL	SIC

Orçamento Global do Projeto neste PME: *0.00€											
Indicadores						Unidade		Meta			
1. Número de alunos participantes, por ciclo de ensino em iniciativas orientadas para a prevenção dos incêndios, proteção e valorização da Floresta e/ou espaços rurais, identificação de risco de fogo rural e comportamentos de autoproteção nas escolas.						%		Até 30%/ano			
Gestão de risco do projeto Risco Total: 6 – Moderado (S2; P3) Ameaças: Falta de adesão às iniciativas e indisponibilidade do Agrupamento de Escolas ou incompatibilidade de datas das ações agendadas Resolução Geral: Chegar ao publico alvo. Envolver a comunidade escolar.											
Iniciativa n.º 1						Fonte Financiamento					
Comemorações conjuntas proteção Civil e comemorações do feriado municipal para envolver a comunidade escolar.						DGEST, CIMBAL, FA, OE, PO, PRIVADOS, outras fontes de financiamento					
Ação de sensibilização a toda a comunidade com as iniciativas já existentes envolvendo toda a comunidade próxima (famílias, pais, idosos, articulação lares-escolas, etc.).						DGEST, CIMBAL, FA, OE, PO, PRIVADOS, outras fontes de financiamento					
Formar e sensibilizar a comunidade escolar, especialmente os professores e os alunos para os valores de uso direto e indireto da floresta.						DGEST, CIMBAL, FA, OE, PO, PRIVADOS, outras fontes de financiamento					
Calendarização											
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Recursos											
Identificação do recurso						Origem do recurso		Custo [€]			
Atividades temáticas						Município, outras fontes de financiamento		0,00€			
TOTAL (€)								0,00€			
Gestão de risco da iniciativa Risco Total: 6 – Moderado (S2; P3) Ameaças: Falta de adesão às iniciativas e indisponibilidade do Agrupamento de Escolas Resolução Geral: Chegar ao publico alvo. Envolver a comunidade escolar.											
Observações: *a definir Organizar informação e planear as ações de sensibilização. Legenda: R – Responsável; A – Autoriza; S – Suporta; C – Consultado; I – Informado; F – Fiscaliza; PLAN – Planeamento; PREP – Preparação; PREV – Prevenção; PRES – Pré-Supressão; SUPR – Supressão; POSE – Pós-Evento; GOVE – Governança; QUAL – Qualificação; SIC – Sistemas de Informação e Comunicação.											

IV.4 – Projetos de gestão eficiente do risco



GERIR O RISCO EFICIENTEMENTE

CONSTITUIÇÃO E FUNCIONAMENTO DAS COMISSÕES DE GESTÃO INTEGRADA DOS FOGOS RURAIS (SGIFR)								4.1.2.1			
Objetivos Constituir a Comissões Municipal de Gestão Integrada de Fogos Rurais de forma a assegurar coordenação entre as diferentes entidades no âmbito do SGIFR, com foco ao nível municipal, para garantir a execução do programa. Principais resultados esperados Implementação do SGIFR através de uma articulação eficiente entre as diversas entidades.								Principais entidades envolvidas R – Município A - Comissão MUNICIPAL GIFR S - GNR, ICNF, BV, C – CIMBAL, ICNF I – AGIF; CIMBAL F - Comissão SUB-REGIONAL GIFR			
PLAN	PREP	PREV	PRES	SUPR	POSE	GOVE	QUAL	SIC			
Orçamento Global do Projeto neste PME: 0.00€											
Indicadores						Unidade		Meta			
1. Comissão de Gestão Integrada de Fogos Rurais constituída						Nº		1			
2. Nº reuniões na CMGIFR						Nº		4			
Gestão de risco do projeto Risco Total: 4 - Baixo (S2; P2) Ameaças: Falta de quórum para resoluções deliberativas Resolução Geral: Incentivar a presença de todos os membros efetivos da CMGIFR											
Iniciativa n.º 1								Fonte Financiamento			
Constituição da Comissão Municipal de Gestão Integrada de Fogos Rurais (Concluído)								Orçamentos próprios das entidades envolvidas			
Participação na Comissão Municipal de Gestão Integrada de Fogos Rurais								Orçamentos próprios das entidades envolvidas			
Calendarização											
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
		□			□			□			□

Recursos		
Identificação do recurso	Origem do recurso	Custo [€]
Representantes das entidades na CMGIFR	Entidades GIFR	0,00 €
Instalações	Município	0,00 €
TOTAL (€)		0,00€
Gestão de risco da iniciativa Risco Total: 4 - Baixo (S2; P2) Ameaças: Falta de quórum para resoluções deliberativas Resolução Geral: Incentivar a presença de todos os membros efetivos da CMGIFR		
Observações: As funções na Comissão decorrem a título gracioso, não sendo objeto de qualquer tipo de compensação ou retribuição, senão de presença ou ajuda de custo, de acordo com o nº4 do artº.4, do Regulamento Interno da CMGIFR de Ferreira do Alentejo. Legenda: R – Responsável; A – Autoriza; S – Suporta; C – Consultado; I – Informado; F – Fiscaliza; PLAN – Planeamento; PREP – Preparação; PREV – Prevenção; PRES – Pré-Supressão; SUPR – Supressão; POSE – Pós-Evento; GOVE – Governança; QUAL – Qualificação; SIC – Sistemas de Informação e Comunicação.		

ELABORAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DOS PROGRAMAS DE AÇÃO E DE EXECUÇÃO						4.1.2.3		
Objetivos Criar o Programa Municipal de Execução (PME) no âmbito do Plano Nacional da Gestão Integrada dos Fogos Rurais (PNGIFR) a nível municipal. Principais resultados esperados Maior alinhamento e uniformidade de execução entre as entidades, fruto do PME ajustado à sua realidade, facilitando a gestão e reduzindo o risco associado.						Principais entidades envolvidas R – Município A - Comissão MUNICIPAL GIFR Ferreira do Alentejo S - ICNF, GNR, BV, entidades integrantes da CMGIFR de Ferreira do Alentejo C – Comissão SUB-REGIONAL GIFR I – AGIF; CIMBAL F - Comissão SUB-REGIONAL GIFR		
PLAN	PREP	PREV	PRES	SUPR	POSE	GOVE	QUAL	SIC
Orçamento Global do Projeto neste PME: *0.00€								
Indicadores					Unidade	Meta		
1. PME aprovado					Nº	2025: 1 PME aprovado		
2. Parecer emitido em relação ao PME					Nº	2025: 1 Parecer emitido		
3. PME monitorizado					Nº	2026-2030: PME em monitorização anual		
4. Percentagem de execução do Programa					Percentagem	20%		

Gestão de risco do projeto
Risco Total: 4 - Baixo (S2; P2)

Ameaças: Não havendo aprovação cria-se um vazio legal para a execução das fichas projeto do ano seguinte. O cumprimento do programa de ação depende de financiamento, que poderá comprometer a execução PME na sua íntegra.

Resolução Geral: Aprovação anual do PME.

Iniciativa n.º 1	Fonte Financiamento
Elaborar o PME, reunindo os contributos das diferentes entidades envolvidas e alinhando-os com os objetivos e metas estratégicas	Orçamento próprios das entidades
Executar o Programa Municipal de Execução	Orçamento próprios das entidades
Monitorizar a execução do PME, garantindo o seu cumprimento de acordo com os prazos e objetivos definidos	Orçamento próprios das entidades

Calendarização

Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐

Recursos

Identificação do recurso	Origem do recurso	Custo [€]
Representantes das entidades na CMGIFR	Entidades GIFR	0,00 €
Instalações	Município	0,00 €
TOTAL (€)		0,00€

Gestão de risco da iniciativa
Risco Total: 4 - Baixo (S2; P2)

Ameaças: Não havendo aprovação cria-se um vazio legal para a execução das fichas projeto do ano seguinte. O cumprimento do programa de ação depende de financiamento, que poderá comprometer a execução PME na sua íntegra.

Resolução Geral: Aprovação anual do PME.

Observações: * a definir

Legenda:

R – Responsável; A – Autoriza; S – Suporta; C – Consultado; I – Informado; F – Fiscaliza; PLAN – Planeamento; PREP – Preparação; PREV – Prevenção; PRES – Pré-Supressão; SUPR – Supressão; POSE – Pós-Evento; GOVE – Governança; QUAL – Qualificação; SIC – Sistemas de Informação e Comunicação.

V – Anexos

VI.1 – Projetos sem declinação Municipal

SISTEMA DE INFORMAÇÃO CADASTRAL SIMPLIFICADA	1.1.2.2.
Projeto não declinado Este projeto não declina para o PME, a esta data, porque não teve declinação sub-regional, uma vez que para áreas com cadastro o projeto BUPI não é aplicável.	
PROGRAMA DE EMPARCELAMENTO	1.1.3.2.
Projeto não declinado Este projeto não declina para o PME, a esta data, porque não teve declinação sub-regional, uma vez que teve em conta os territórios dispostos na Portaria n.º 301/2020, de 24 de dezembro, que aprova a delimitação dos territórios vulneráveis.	
MODELO DE FINANCIAMENTO MULTIFUNDOS	1.2.2.1.
Projeto não declinado Este projeto não declina para o PME, a esta data, porque não foram classificadas áreas neste âmbito.	
PATRIMÓNIO FLORESTAL COM GESTÃO CERTIFICADA NUMA ÓTICA DE CIRCULARIDADE	1.2.2.2.
Projeto não declinado Este projeto não declina para o PME, a esta data, porque não foram classificadas áreas neste âmbito.	
ÁREAS INTEGRADAS DE GESTÃO DA PAISAGEM (AIGP)	2.1.1.1.
Projeto não declinado Este projeto não declina para o PSA, a esta data, porque não teve declinação sub-regional, uma vez que teve em conta os territórios dispostos na Portaria n.º 301/2020, de 24 de dezembro, que aprova a delimitação dos territórios vulneráveis.	
GESTÃO DA PAISAGEM E REMUNERAÇÃO DOS SERVIÇOS DOS ECOSSISTEMAS	2.1.1.2.
Projeto não declinado Este projeto não declina para o PME, a esta data, porque não foram classificadas áreas neste âmbito.	
ÁREAS ESTRATÉGICAS DE MOSAICOS DE GESTÃO DE COMBUSTÍVEL	2.2.1.4.
Projeto não declinado Este projeto não declina para o PME, a esta data, não tendo existido planeamento neste sentido, apesar de haver pequenas áreas apontadas em PSA.	
PROTEÇÃO DE ÁREAS DE ELEVADO VALOR	2.2.1.5.
Projeto não declinado Este projeto não declina para o PME, a esta data, porque o território não contempla áreas de elevado valor.	
GESTÃO DE GALERIAS RIBEIRINHAS	2.2.1.6.
Projeto não declinado Este projeto não declina para o PME, a esta data, porque o Mapa das galerias ribeirinhas estratégicas para a	

compartimentação dos espaços florestais não está concluído.	
USO DO FOGO COMO ESTRATÉGIA INTEGRADA DE GESTÃO FLORESTAL RURAL	2.2.1.9.
Projeto não declinado Este projeto não declina para o PME, a esta data, porque não teve declinação sub-regional.	
PROMOVER GERAÇÃO DE ENERGIA À ESCALA LOCAL COM BASE EM BIOMASSA	2.2.2.2
Projeto não declinado Este projeto não declina para o PME, a esta data, porque ainda não está definido o local de implementação.	
GESTÃO DE COMBUSTÍVEL NOS AGLOMERADOS RURAIS E ENVOLVENTE DE ÁREAS EDIFICADAS	2.3.1.2.
Projeto não declinado Este projeto não declina para o PME, a esta data, porque não teve declinação sub-regional.	
PROGRAMAS ALDEIA SEGURA PESSOAS SEGURAS	2.3.1.4.
Projeto não declinado Este projeto não declina para o PME, a esta data, porque não existem freguesias prioritárias no concelho.	
MECANISMO DE APOIO À REALIZAÇÃO DE QUEIMADAS	3.1.1.3.
Projeto não declinado Este projeto não declina para o PSA, a esta data, porque não teve declinação sub-regional.	
AÇÕES DE VIGILÂNCIA EM PERÍODOS E LOCAIS CRÍTICOS	3.1.2.1.
Projeto não declinado Este projeto não declina para o PME, a esta data, porque não teve declinação sub-regional.	
REDE DE VIGILÂNCIA E DETEÇÃO DE INCÊNDIOS	3.1.2.3.
Projeto não declinado Este projeto não declina para o PME, a esta data, porque não teve declinação sub-regional.	
GESTÃO DA SUPRESSÃO	4.3.2.3.
Projeto não declinado Este projeto não declina para o PME, a esta data, porque a sua implementação é de nível regional e nacional.	

V.2 – Matriz de Avaliação do risco

AVALIAÇÃO DE RISCO DOS PROJETOS:

Resultam num grau de risco, da média aritmética dos riscos de cada iniciativa. Caso existam riscos inerentes ao projeto que não têm cabimento em iniciativas individuais, deverão ser identificados individualmente e também adicionados ao grau de risco total.

Deve sumariar os principais riscos identificados e a abordagem geral aos mesmos, destacando também se as principais ameaças são externas ou internas.

AVALIAÇÃO DE RISCO DAS INICIATIVAS:

Conduzir um ciclo de planeamento e gestão de risco (fatores externos e internos):

- Identificar o risco;
- Analisar o risco;
- Avaliar e classificar o risco; (através da tabela)
- Resolução do risco: como evitar (medidas preventivas), como aceitar (aumento da resiliência), como transferir o risco ou como reduzir (medidas de mitigação e corretivas).
- Monitorizar e rever.

Avaliação através de dois critérios: severidade e probabilidade. A probabilidade e severidade são classificadas de 1 a 5, do mais baixo para o mais alto, e o resultado do risco é dado pela multiplicação da coluna correspondente.

MATRIZ DE RISCO DO SGIFR

<u>Severidade</u> Probabilidade	Negligenciável (1)	Baixa (2)	Média (3)	Grave (4)	Catastrófica (5)
Quase Certa (5)	Moderado 5	Elevado 10	Alto 15	Alto 20	Extremo 25
Alta (4)	Baixo 4	Moderado 8	Elevado 12	Alto 16	Alto 20
Média (3)	Baixo 3	Moderado 6	Moderado 9	Elevado 12	Alto 18
Baixa (2)	Baixo 2	Baixo 4	Moderado 6	Moderado 8	Elevado 10
Rara (1)	Baixo 1	Baixo 2	Baixo 3	Baixo 4	Moderado 5

V.3 - Cartografia de detalhe

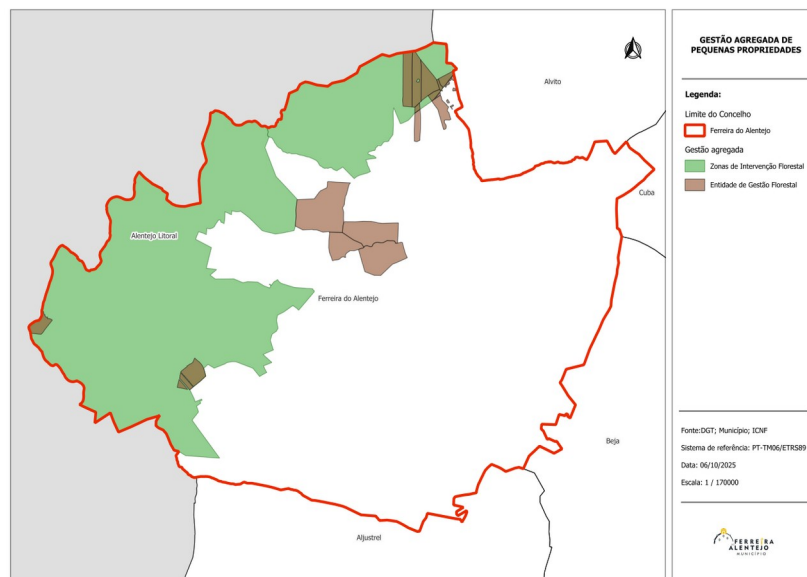


Figura 3: Gestão integrada de pequenas propriedades

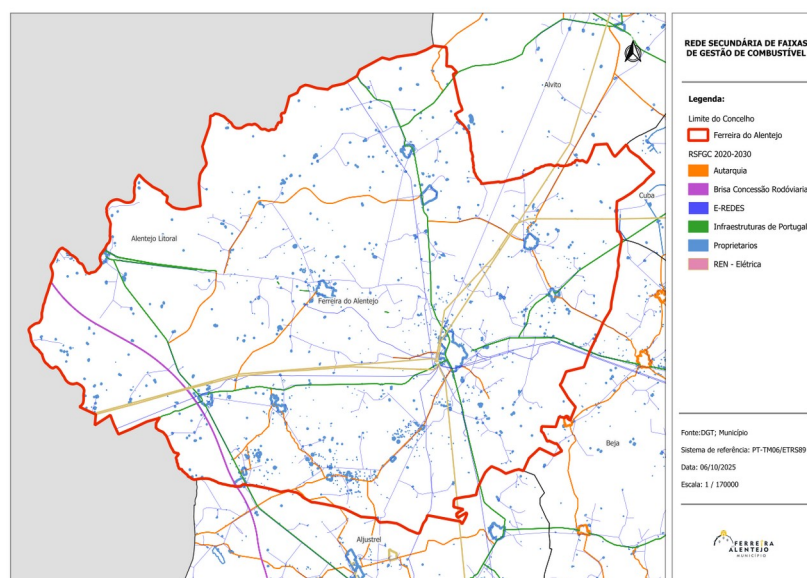


Figura 4: Rede secundária de gestão de combustível por entidade

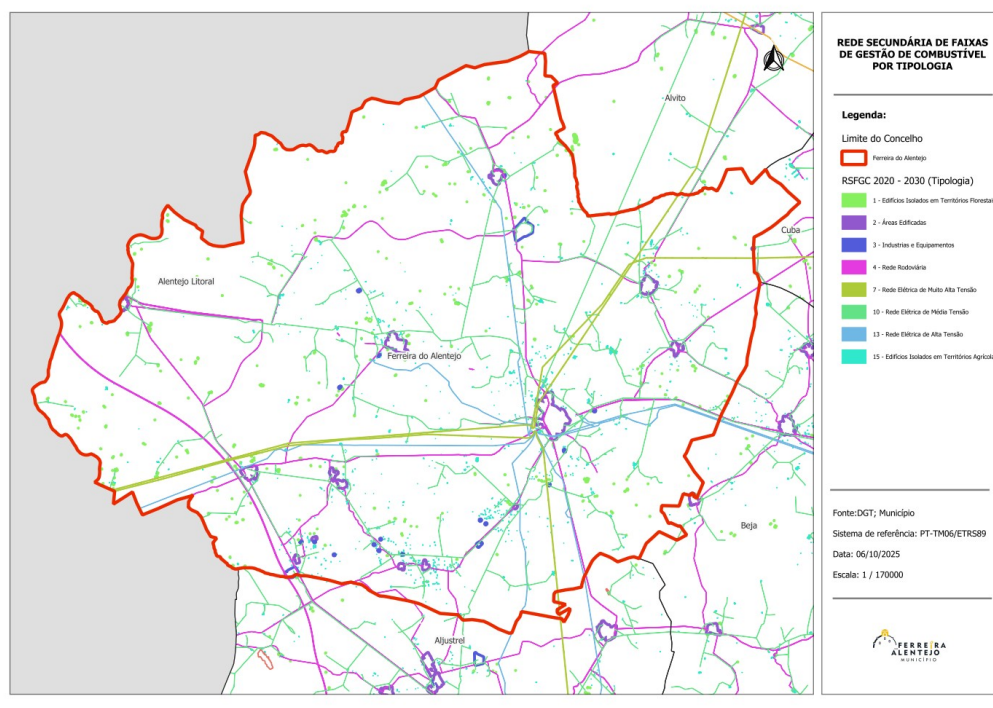


Figura 5: Rede secundária de faixas de gestão de combustível por tipologia

V.4 – Glossário

DE ACORDO COM O DISPONIBILIZADO NO GLOSSÁRIO DO PNA

a. Atribuição de responsabilidades

A atribuição de responsabilidades prevista nos projetos do PSA é efetuada de acordo com a codificação abaixo.

Código	O que significa
EC	Entidade Coordenadora Entidade que coordena e promove a concretização do processo.
R	Responsável A entidade que executa, autonomamente ou contratando recursos a outras entidades para a realização da ação. Tem responsabilidade ao nível da execução prevista e aprovada pela entidade A.
A	Aprova A entidade que aprova a realização da ação, validando a opção estratégica e o plano de execução pela entidade R, autorizando-a a realizar despesa e/ou a prosseguir com o planeado se a ação não lhe estiver delegada.
S	Suporta As entidades que suportam R a realizar a ação, fornecendo recursos para o fazer.
C	Consulta As entidades que são consultadas antes, durante ou depois da realização da ação, esperando-se delas a emissão de um parecer, de um contributo técnico ou de reporte de impacto.
I	Informa As entidades que são informadas antes, durante ou depois da realização da ação, esperando-se delas a adoção de medidas de preparação, precaução ou adaptação ao impacto da ação a realizar.
F	Fiscaliza A entidade que fiscaliza a execução da ação, verificando a conformidade no que respeita às normas aplicáveis.
Aa	Avalia e Articula A entidade que avalia o resultado da ação e promove a articulação entre entidades para partilha de recursos e definição conjunta da estratégia.

b. Entidades envolvidas

Entidade	Definição
AdP	Águas de Portugal
AD&C	Agência para o Desenvolvimento e Coesão
AGIF	Agência para a Gestão Integrada de Fogos Rurais, I.P.
ANCCT	Agência Nacional para a Cultura Científica e Tecnológica (Ciência Viva)
ANEPC	Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil
ANQEP	Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional, I.P.
ANI	Agência Nacional da Inovação
APA	Agência Portuguesa do Ambiente
AT	Autoridade Tributária e Aduaneira
ASF	Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões
CCDR	Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional
CENJOR	Centro Protocolar de Formação Profissional para Jornalistas
CIM	Comunidade Intermunicipal
CLC	Companhia Logística de Combustíveis
DGADR	Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural
DGAL	Direção-Geral das Autarquias Locais
DGAV	Direção Geral de Alimentação e Veterinária
DGE	Direção-Geral da Educação
DGEG	Direção-Geral da Energia e Geologia
DGES	Direção Geral do Ensino Superior
DGT	Direção-Geral do Território
DRAP	Direção Regional de Agricultura e Pescas
EDP	Energias de Portugal
EGF	Entidades de Gestão Florestal
EMGFA	Estado-Maior-General das Forças Armadas
ESF	Equipas de Sapadores Florestais
FA	Força Aérea
FCT	Fundação para a Ciência e Tecnologia
FEPC	Força Especial de Proteção Civil
FFAA	Forças Armadas
GNR	Guarda Nacional Republicana
GPP	Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral
ICNF	Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas
IFAP	Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas
IFD	Instituição Financeira de Desenvolvimento
IMT	Instituto da Mobilidade e dos Transportes Terrestres
INE	Instituto Nacional de Estatística
INIAV	Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária
IP	Infraestruturas de Portugal

